

## A NOÇÃO DE *ETHOS* EM ARISTÓTELES E MAINGUENEAU

Sonia Gonçalves Batista Dias (UFMS)

[sonia\\_dias@ufms.br](mailto:sonia_dias@ufms.br)

### RESUMO

Este artigo tem como objetivo geral apresentar a noção de *ethos* retórico (ARISTÓTELES, 2006) e *ethos* discursivo (MAINGUENEAU, 2005, 2008a, 2008b). O objetivo específico é de uma revisita às contribuições dos dois conceitos sendo, a noção de *ethos* em Aristóteles retomada em uma abordagem contemporânea trazida por Maingueneau para a Análise do Discurso francesa, que tem servido como fonte teórico-metodológica para compor as ferramentas da análise do discurso e da semiótica discursiva de forma adaptada às teorias e objetos de análise, pois trata-se de uma noção que ultrapassa o conceito de persuasão, sendo o *ethos* parte constituinte da cena da enunciação. Maingueneau (2005) divide as cenas de enunciação em três: cena englobante, cena genérica e cenografia.

### Palavras-chave:

*Ethos* discursivo. *Ethos* retórico. Mídia Digital.

### ABSTRACT

This article aims to present the notion of rhetorical *ethos* (ARISTÓTELES, 2006) and discursive *ethos* (MAINGUENEAU, 2005, 2008a, 2008b). The specific objective is to revisit the contributions of the two concepts, the notion of *ethos* in Aristotle being taken up in a contemporary approach brought by Maingueneau to the French Discourse Analysis, which has served as a theoretical-methodological source to compose the tools of discourse analysis and discursive semiotics adapted to the theories and objects of analysis, as it is a notion that goes beyond the concept of persuasion, with *ethos* being a constituent part of the scene of enunciation. Maingueneau (2005) divides the enunciation scenes into three: encompassing scene, generic scene and scenography.

### Keywords:

Discursive *ethos*. Digital media. Rhetorical *ethos*.

## 1. Introdução

O presente artigo apresenta a noção de *ethos* disposta nos estudos da retórica na obra *Arte Retórica*, de Aristóteles (2006), filósofo grego que viveu entre 384 e 322 a.C. Nos estudos da retórica de Aristóteles, observamos a necessidade de desvincular a noção de *ethos* da vida pública daquela do orador que discursa, voltando as atenções para a busca pela persuasão, independentemente de quem seja o orador, dando autonomia à técnica retórica, o que, na filosofia, contrapôs Aristóteles a Platão, na

medida em que, para este, a persuasão retórica era um artifício falacioso, eticamente perigoso.

O texto proposto se faz pertinente aos estudos de pesquisa de doutorado em andamento, pois revisita as bases teórico-metodológicas nas quais se apoia Discini para apreensão do *ethos*.

A noção de Estilo teorizada por Discini, ultrapassa o conceito de persuasão, apoia-se em Maingueneau em uma proposta de um *ethos*, tido como estilo e compreendido como tom, voz, caráter e corporalidade, depreendido de uma totalidade discursiva, a qual, a título de exemplo, presente em uma formação discursiva cristã, compõe-se de diversas unidades discursivas, que se materializam como um texto semiótico, uma única publicação de vídeo, por exemplo.

Propomos retomar as noções de *ethos* proposta por Aristóteles da retórica clássica e os estudos de Maingueneau que adere a noção de gênero discursivo de Bakhtin, a fim de visitar as bases formadoras da noção de *ethos* apresentada por Discini (2015) na semiótica discursiva. Sobre a noção de estilo especificamente, trataremos em outros trabalhos futuros.

## 2. *Ethos retórico*

Na concepção aristotélica, são três os gêneros retóricos (I: 1354a – 1377b): o deliberativo, o judiciário ou forense, e o epidêitico ou epidíctico. Klöckner (2010) apresenta o que Aristóteles analisa e fundamenta sobre os gêneros retóricos, da seguinte forma:

- 1) Deliberativo, que procura persuadir ou dissuadir, orientando para uma decisão futura. O seu lugar é nas assembleias e conselhos;
- 2) Judicial/Forense, que acusa ou defende a propósito de uma ação passada, determina o que é justo ou injusto. É típico dos tribunais;
- 3) Epidêitico/Epidíctico, que elogia ou censura atos contemporâneos. (KLÖCKNER 2010, p. 25) (grifo do autor)

Tais gêneros são empregados conforme a situação em que se encontram os envolvidos, isto é, o orador e o auditório. Aristóteles distingue, então, as provas, isto é, os argumentos, entre técnicos e não-técnicos. Aos argumentos técnicos corresponde o *logos*, o discurso em si. Às provas não técnicas correspondem o *ethos* e o *pathos*, respectivamente, a função de causar uma boa impressão por meio do discurso, produzindo uma imagem de si, e o apelo sentimental (emoção). As provas técnicas pretendem agir sobre a razão do ouvinte, deste modo, são da ordem

do convencimento. Já as provas não técnicas são da ordem da persuasão, não agindo, portanto, sobre a razão, mas sobre a impressão causada pelo orador e a emoção suscitada no ouvinte.

Para encontrar subsídios para uma melhor compreensão da persuasão no universo midiático, relacionamos o *ethos* aristotélico às problemáticas da linguagem e, mais especificamente, do discurso. Segundo Amossy (2005), a integração da noção aristotélica de *ethos* nas ciências da linguagem encontra uma primeira expressão na teoria polifônica da enunciação de Oswald Ducrot, na pragmática-semântica.

Segundo Amossy (2005), a pragmática-semântica abandona o sujeito falante real para se interessar pela instância discursiva do locutor, colocando em xeque sua unicidade, ao diferenciar o locutor (L) do enunciador (E). Na próxima citação, Amossy sintetiza de que modo a pragmática-semântica distingue o locutor do enunciador:

Ela diferencia o locutor (L) do enunciador (E) que é a origem das posições expressas pelo discurso e é responsável por ele; ela divide o locutor em “L”, ficção discursiva, e em “λ”, ser do mundo, aquele de quem se fala (“eu” como sujeito da enunciação e “eu” como sujeito do enunciado). (AMOSSY, 2005, p. 14)

Amossy (2005, p. 15) acrescenta que “analisar o locutor L no discurso consiste não em ver o que ele diz de si mesmo, mas em conhecer a aparência que lhe conferem as modalidades de sua fala”, e é neste ponto que Ducrot recorre à noção de *ethos*: “O *ethos* está ligado a L, o locutor como tal: é como origem da enunciação que ele se vê investido de certos caracteres que, em contrapartida, tornam essa enunciação aceitável ou recusável” (DUCROT *apud* AMOSSY, 2005, p. 15).

Apesar das contribuições de Ducrot sobre o *ethos*, não há em seus estudos um interesse pelo discurso, na medida em que, para ele, a argumentação está na língua, e não fora dela (AMOSSY, 2005, p. 15). Amossy (2005), por sua vez, sugere a articulação da teoria da argumentação e a análise do discurso ao transferir para o plano de análise linguística os modelos propostos por Perelman.

Acreditamos que unir os estudos aristotélicos, os desdobramentos apresentados por Maingueneau e a teoria da argumentação de Perelman e Obrecht-Tyteca seja uma possibilidade bastante coerente para análises de *corpus* de pesquisa das mídias digitais.

### 3. *Ethos discursivo*

Segundo Amossy (2005), Maingueneau apresenta o *ethos* na análise do discurso e em estudos de pragmática, deixando um lugar determinante para a enunciação e para o enunciador, definindo o enunciador como aquele que deve se conferir, e conferir a seu destinatário certo status para legitimar seu dizer. Paralelamente, o autor, propõe que a noção de *ethos* se desenvolva de forma articulada à cena de enunciação, conforme a citação a seguir:

[...] a noção de *ethos* se desenvolveu de forma articulada à de cena de enunciação. Se cada tipo de discurso comporta uma distribuição preestabelecida de papéis, o locutor pode escolher mais ou menos livremente sua cenografia. No discurso político, por exemplo, o candidato de um partido pode falar a seus eleitores como homem do povo, como homem experiente, como tecnocrata etc. É nesse contexto que a noção de *ethos* adquire, para Maingueneau, toda sua importância. (AMOSSY, 2005, p. 16)

Seguindo essa linha de pensamento, acrescentamos as contribuições de Eggs (2005) sobre o *ethos* aristotélico, cuja importância, segundo esse autor, é primeira, pois imbuí-se do termo *epieíkeia*, que, em grego, significa honestidade: “Diremos, portanto, que o orador que mostra em seu discurso um caráter honesto, parecerá mais digno de crédito aos olhos de seu auditório” (EGGS, 2005, p. 29). Apesar disso, a questão do caráter honesto do discurso retórico passou a ser marginalizados a partir da Idade Média, quando, então, a retórica passou a ser sinônimo de discurso pomposo.

Segundo Eggs (2005), um sentido moral e fundado na *epieíkeia* engloba atitudes e virtudes como honestidade, benevolência ou equidade, ao passo que *héxis*, de sentido neutro, reúne termos como hábitos, modos ou costumes e caráter. Essas duas concepções (*epieíkeia* e *héxis*) não se excluem, mas constituem, ao contrário, as duas faces necessárias a qualquer atividade argumentativa.

Fazendo um paralelo com o discurso religioso cristão das mídias virtuais, podemos dizer que o discurso presente nas pregações de padres e pastores desenvolvem, com frequência, características de um caráter honesto, construído pela figura do pregador, cujo objetivo seria formar opiniões favoráveis ao cristianismo, a fim de “vender” uma imagem positiva de si e da formação discursiva a qual faz parte.

Maingueneau (2008b) apresenta algumas dificuldades ligadas à noção de *ethos*, distinguindo o *ethos* pré-discursivo (*ethos* prévio) do *ethos* discursivo.

O *ethos* prévio está presente na representação do co-enunciador sobre o orador/enunciador, construída antes mesmo do início da leitura de uma notícia ou de uma coluna social. Segundo Maingueneau, “o *ethos* se elabora, assim, por meio de uma percepção complexa, mobilizadora da afetividade do intérprete, que tira suas informações do material linguístico e do ambiente” (MAINGUENEAU, 2008b, p. 16).

O *ethos* corresponde a um comportamento e, por isso, articula o verbal ao não verbal, provocando efeitos multissensoriais nos destinatários (MAINGUENEAU, 2008b). Com efeito, o *ethos* visado nem sempre corresponde ao *ethos* produzido, pois, no momento em que o enunciador pretende transmitir uma imagem positiva de si, sua ação pode resultar em um efeito contrário ao que desejava.

Maingueneau (2008b) apresenta alguns princípios mínimos para uma concepção de *ethos* discursivo, sem pré-julgar o modo como eles podem eventualmente ser explorados nas diversas problemáticas do *ethos*:

- o *ethos* é uma noção discursiva, ele se constrói através do discurso, não é uma “imagem” do locutor exterior a sua fala;
- o *ethos* é fundamentalmente um processo interativo de influência sobre o outro;
- uma noção fundamentalmente híbrida (sócio-discursiva), um comportamento socialmente avaliado, que não pode ser apreendido fora de uma situação de comunicação precisa, integrada ela mesma numa determinada conjuntura sócio- histórica. Isso posto, a concepção de *ethos* que propo-nho se inscreve num quadro da análise do discurso. Mesmo que esse quadro seja bem diferente do da retórica antiga, parece que não chega a ser essencialmente infiel às linhas de força da concepção aristotélica. (MAINGUENEAU, 2008b, p. 17)

A título de exemplo, os discursos religiosos têm suas materializações, em grande parte, em pregações e louvores em transmissões midiáticas como *YouTube*, *Facebook*, *Instagram*, dentre outros, fato este que tem mobilizado enunciadores e enunciatários, em que os primeiros procuram melhorar suas performances, enquanto os segundos deleitam-se em um universo midiático democratizado pelas inúmeras possibilidades de acessos de livre escolha, cuja consequência é uma visão construída primeiramente pelas circunstâncias em que são divulgadas tais publicações, e em seguida, pela maneira como a figura religiosa (orador) se mostrou no discurso, ou seja, o *ethos* atualizado. A esse respeito, Maingueneau (2005) observa que “de fato, mesmo que o co-enunciador não saiba nada previamente sobre o caráter do enunciador, o simples fato de que um texto pertence a um gênero de discurso ou a um certo posicionamento ideológico induz expectativas em matéria de *ethos*” (MAINGUE-

NEAU, 2005, p. 71). Para o autor, a pertinência da noção de *ethos* para a análise do discurso é assim justificada:

Podemos nos perguntar por que hoje o *ethos* suscita tanto interesse. Evidentemente, tal retorno está em consonância com o domínio das mídias audiovisuais: com elas, o centro de interesse deslocou-se das doutrinas e dos aparelhos que lhes estavam ligados para a apresentação de si, para o “look” [...]. (MAINGUENEAU, 2008a, p. 56)

A primeira mudança, na concepção de *ethos* operada por Maingueneau, diz respeito à vocalidade específica, chamada pelo autor de tom, “que permite relacioná-lo a uma fonte enunciativa” (MAINGUENEAU, 2005, p. 72). Quando lemos um livro, por exemplo, estamos entrando em contato com o *ethos* do autor, e a materialização de tal obra ocorrerá no ato da leitura. Nesse momento, o leitor ocupa a função de co-enunciador e será o fiador do texto, pois trará à tona o tom do enunciator. Maingueneau (2005) explica essa manobra na citação a seguir:

Um postulado segundo o qual qualquer discurso, seja qual for seu modo de inscrição material, implica uma “vocalidade” e uma relação com um fiador associado a uma corporalidade e a um caráter, mesmo que sejam fantasmáticos; postulado válido mesmo para os discursos que pretendem eliminar qualquer traço de um tal fiador. (MAINGUENEAU, 2005, p. 74)

Em uma concepção de análise do discurso, o enunciador não é um ponto estável que se expressaria de uma forma ou outra, pois está previamente inserido em uma interação dinâmica, “em uma instituição discursiva inscrita em uma certa configuração cultural e que implica papéis, lugares e momentos de enunciação legítimos, um suporte material e um modo de circulação para o enunciado” (MAINGUENEAU, 2005, p. 74).

Observa-se, assim, neste e em outros dizeres, os deslocamentos operados por Maingueneau com relação à perspectiva histórica da AD, em particular no que diz respeito à noção de sujeito. Não se pode dizer, entretanto, que o autor se distancia das problemáticas típicas do analista do discurso, na medida em que não há o abandono, por exemplo, da relação entre língua e história/historicidade. É exemplo disso a concepção do autor sobre o sujeito, não (mais) assujeitado, mas “a instância subjetiva que se manifesta por meio do discurso” (MAINGUENEAU, 2008a, p. 64), e que “não pode ser concebida como um estatuto, mas como uma ‘voz’, associada a um ‘corpo enunciante’ historicamente especificado” (*Idibidem*, p. 64).

#### 4. *Cenas da enunciação*

A partir da noção de *ethos* como parte constitutiva da cena da enunciação, no presente item, abordamos as questões que envolvem as cenas da enunciação, tal como foram formuladas por Maingueneau (2005), com forte influência da teoria da enunciação de Benveniste (1989).

Maingueneau (2005) divide em três as cenas da enunciação: cena englobante, cena genérica e cenografia. A cena englobante corresponde, segundo o autor, ao tipo de discurso: religioso, político, escolar, midiático, entre outros. Essa cena implica o reconhecimento do tipo de discurso pelo co-enunciador, na medida em que “atribui ao discurso um estatuto pragmático” (MAINGUENEAU, 2008a, p. 70). Refere-se ao momento em que o co-enunciador identifica o gênero discursivo a que pertence uma determinada prática discursiva. Um exemplo bastante simples corresponde a alguém que, andando pela rua, é surpreendido por informações acerca de preços praticados por uma loja, sendo tais informações transmitidas por um carro de som. O instante em que o co-enunciador compreende que está ouvindo um anúncio de preços corresponde à inscrição dessa fala em uma cena englobante.

Entretanto, segundo Maingueneau (2005) apenas a cena englobante não é suficiente para o reconhecimento, pois

[...] um co-enunciador não está tratando com o político ou com o filosófico em geral, mas sim com gêneros de discurso particulares. Cada gênero de discurso define seus próprios papéis, num panfleto de campanha eleitoral, trata-se de um ‘candidato’ dirigindo-se a eleitores [...]. (MAINGUENEAU, 2005, p. 86)

Com base no conceito de gênero do discurso proposto por Bakhtin (2000), Maingueneau (2005; 2008a) preconiza que todo texto apresenta, ainda, uma segunda cena enunciativa: a cena genérica. Esta se refere ao contrato estabelecido pelos participantes da troca verbal, mediante a manifestação de um gênero discursivo, como o editorial, o sermão e a notícia em um dado texto 6.

Finalmente, a cenografia diz respeito à cena de fala validada em cada enunciação, em cada texto. Para Maingueneau (2008a, p. 70), a cenografia “não é imposta pelo gênero, mas construída pelo próprio texto (...)”. Além disso, ela é

[...] ao mesmo tempo fonte do discurso e aquilo que ele engendra; ela legitima um enunciado que, por sua vez, deve legitimá-la estabelecendo que essa cenografia onde nasce a fala é precisamente a cenografia exigida para enunciar como convém. (MAINGUENEAU, 2001, p. 87)

Quanto à cenografia, observamos que os romances, por exemplo, podem ser contados de diversas formas, como, por exemplo, um conjunto de cartas trocadas entre dois indivíduos. A cenografia corresponde ao desenvolvimento singular de cada texto.

Partindo da concepção de tempo e lugar em Benveniste (1989), Maingueneau afirma que a posição ocupada por cada indivíduo em um discurso o propõe como sujeito. Desse modo, o discurso implica as instâncias da enunciação: sujeito, tempo e lugar: “a teoria do discurso não é uma teoria do sujeito antes que este enuncie, mas uma teoria da instância de enunciação que é, ao mesmo tempo e intrinsecamente, um efeito de enunciado” (MAINGUENEAU, 2005, p. 33).

Para definir a cenografia discursiva de um texto, Maingueneau (2005) evoca a existência da dêixis discursiva, também chamada de coordenadas espaço-temporais que se articulam em atos de enunciação. A dêixis discursiva intervém em três instâncias: o locutor e o destinatário (eu/tu), a cronografia (agora), e a topografia (aqui). Segundo Maingueneau (2005), a dêixis discursiva não se instaura do exterior para o interior do discurso.

Dito de outro modo, uma formação discursiva não enuncia a partir de um sujeito, de um tempo e de um espaço determinados do exterior, mas sim no sentido contrário. O que acontece é um movimento de dentro para fora do discurso.

Além da dêixis discursiva, que se constrói por meio da enunciação, o autor também propõe a dêixis fundadora, que corresponde a situações de enunciação anteriores (interdiscurso), atualizadas pela dêixis discursiva, e a partir da qual o texto se materializa e se legitima. Portanto, tem-se, nos estudos de Maingueneau (2005), além da locução, cronografia e topografia discursiva, a existência da locução, da cronografia e da topografia fundadora.

## **5. Algumas considerações**

O discurso midiático de um ponto de vista de sua formação ideológica e discursiva se faz presente na contemporaneidade, sobretudo, para reivindicar a especificidade de corpus midiático, encontrando, nesse ponto, as reflexões de Maingueneau (2005; 2008a; 2008b) sobre o *ethos* e as cenas da enunciação.



Com efeito, para cada texto há um quadro cênico (MAINGUE-NEAU, 2005) que sustenta, em boa medida, os processos de significação que dele derivam. Pois não lemos ciência do mesmo modo que ficção, nem lemos uma bula como lemos poemas, nem publicidade como ata, e assim por diante. Mas, além do quadro cênico – cena englobante e genérica – os textos constroem uma “cenografia”, isto é, são constituídos de elementos tais como léxico, estruturas sintáticas típicas, temas, imagens associadas, entre outros, dos quais deriva sua cenografia.

Maingueneau (2005) propõe que os textos se classificam, em primeiro lugar, pelo domínio discursivo a que pertencem, de onde enunciam, como no discurso religioso, político, literário, científico, uma concepção fortemente tributária da análise do discurso francesa.

O que há de inovador em Maingueneau é associar o domínio discursivo subjacente a todo texto ao seu regime genérico, como por exemplo os gêneros sermão, publicidade impressa, outdoor, reportagem, poema e ofício.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMOSSY, R. (Org.). *Imagens de si no discurso: A construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2005.

ARISTÓTELES. *Retórica*. 3. ed. Obras Completas de Aristóteles. V. VI-II, Tomo I. Coordenação de Antônio Pedro Mesquita. Trad. de Manuel Alexandre Júnior, Fábio Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. Lisboa, Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 2006.

ARISTÓTELES. *Arte Retórica e Arte Poética*. Trad. de A. P. de Carvalho. Rio de Janeiro: Tecnoprint e Ediouro, 198?.

EGGS, E. Ethos Aristotélico, Convicção e Pragmática Moderna. In: AMOSSY, R. (Org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 29-56

KLÖCKNER, L. *A presença da retórica na síntese noticiosa*. In: X Encontro dos Grupos/Núcleos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2010. Disponível em: <http://portal.eusoufamecos.net/a-presenca-da-retorica-na-sintese-noticiosa/>. Acesso em: 13/07/2015.

MAINGUENEAU, D. Cenas da enunciação. Org. de Sírio Possenti e Maria Cecília Pérez de Souza-e-Silva. Rio de Janeiro: Parábola, 2008a.

\_\_\_\_\_. A propósito do ethos. In: MOTTA, A. R.; SALGADO, L. (Orgs). *Ethos discursivo*. São Paulo: Contexto, 2008b. p. 11-32

\_\_\_\_\_. Ethos, cenografia, incorporação. In: AMOSSY, R. (Org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 69-92